

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	Hu Jintao
Chefe de Governo:	Wen Jiabao
Penal de morte:	retencionista
População:	1345,8 milhões
Esperança média de vida:	72,9 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	25/35 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	93,3 por cento

As autoridades continuaram a apertar as restrições à liberdade de expressão, reunião e associação, em parte devido às sensibilidades relacionadas com uma série de aniversários históricos, incluindo o 60.º aniversário da criação da República Popular, que se assinalou a 1 de Outubro. Defensores dos direitos humanos foram detidos, processados, mantidos sob detenção domiciliária e alvo de desaparecimentos forçados. Manteve-se o controlo generalizado da Internet e da imprensa. Campanhas de "ataque duro" deram origem a um elevado número de detenções na Região Autónoma Uigur de Xinjiang (XUAR), principalmente após a violência e os tumultos registados em Julho. Foi impedida a monitorização independente do respeito pelos direitos humanos nas regiões de maioria tibetana. As autoridades continuaram a controlar apertadamente os parâmetros da prática de religião, com os grupos católicos e protestantes que operavam fora dos limites oficiais a serem perseguidos e os seus membros detidos e por vezes condenados a penas de prisão. Continuou a grave e sistemática campanha contra o grupo Falun Gong, que já dura há 10 anos.

Antecedentes

A China foi cada vez mais encarada como um importante actor no cenário internacional, incluindo nas questões de Myanmar, Coreia do Norte, Irão, alterações climáticas e recuperação económica global. Esta situação contrastava com a crescente insegurança do governo a nível interno, derivada da queda dos índices de crescimento económico, subida do desemprego e uma cada vez maior tensão social associada à corrupção generalizada, falta de acesso a cuidados de saúde adequados, habitação e segurança social, e repressão dos grupos da sociedade civil. À medida que a economia da China continuava a crescer, aumentava o fosso entre pobres e ricos.

Liberdade de expressão – jornalistas/Internet

À medida que a Internet foi sendo cada vez mais usada para difundir notícias e promover debates, as autoridades tentaram controlar a sua utilização através da restrição da publicação de notícias e encerramento de publicações e sites, incluindo alguns acusados de "caluniar o sistema político nacional", "distorcer a história do Partido", "promover o Falun Gong e outros cultos do mal" e "incitar à divisão étnica". O governo bloqueou o acesso à Internet e registou as actividades individuais dos utilizadores através de novos softwares de filtragem, como o Blue Shield.

Na sequência da publicação, em Dezembro de 2008, da Carta 08, um manifesto apelando à introdução de reformas políticas e maior protecção dos direitos humanos, a polícia interrogou os seus autores e colocou-os sob vigilância durante meses.

■ Liu Xiaobo, um proeminente intelectual e signatário do manifesto inicialmente detido em Dezembro de 2008, foi condenado, a 25 de Dezembro, a 11 anos de prisão por “incitamento à subversão do poder do Estado”. Os seus advogados tiveram apenas 20 minutos para apresentar a sua defesa, num julgamento que durou menos de três horas.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos (DDH), incluindo advogados, jornalistas, activistas ambientais e defensores de reformas democráticas, foram detidos de forma arbitrária, perseguidos, sujeitos a detenção domiciliária, detidos em regime de isolamento e condenados a penas de prisão. As autoridades torturaram e maltrataram muitos dos detidos. Os familiares de DDH, incluindo crianças, continuaram a ser perseguidos e foram sujeitos a detenções domiciliárias prolongadas e a outras formas de restrição e perseguição.

A polícia e as forças de segurança detiveram, perseguiram e cometeram abusos contra os advogados de defesa de DDH envolvidos em casos politicamente sensíveis, membros do Falun Gong, agricultores que apresentaram queixas contra responsáveis locais relacionadas com direitos de posse de terra e corrupção, e aqueles que defenderam a reforma das associações de advogados. Os advogados corriam risco acrescido de perder a licença para exercer a sua profissão.

■ A 4 de Fevereiro, 10 agentes do departamento de segurança e outros homens não identificados sequestraram o proeminente advogado dos direitos humanos Gao Zhisheng de sua casa, na província de Shanxi. O seu paradeiro continuava a ser desconhecido no final do ano. A mulher de Gao Zhisheng, Geng He, e os seus filhos chegaram aos EUA em Março, fugindo à constante perseguição das autoridades chinesas, as quais impediam a sua filha de ir à escola.

As autoridades continuaram a usar leis vagas sobre "segredos de Estado" e "subversão do poder do Estado" para prender, acusar e condenar DDH.

■ Em Agosto, o DDH Tan Zuoren foi acusado de "incitamento à subversão do poder do Estado". Tinha levado a cabo uma investigação independente ao colapso de edifícios escolares durante o sismo de Maio de 2008, na província de Sichuan. Tan Zuoren tencionava publicar o relatório da sua investigação quando foi detido. Até ao final do ano, o veredicto não era conhecido.

■ A 23 de Novembro, o DDH Huang Qi foi condenado a três anos de prisão por "posse ilegal de segredos de Estado". Tinha publicado no seu website as exigências dos pais cujos filhos morreram no sismo de Sichuan.

Sistema judicial

Os julgamentos injustos continuaram a ser endémicos. As decisões judiciais continuavam susceptíveis a interferências políticas. Os réus eram frequentemente impedidos de contratar um advogado à sua escolha e de ter acesso às visitas de um advogado ou da família. Muitas vezes, as famílias dos detidos não eram devidamente informadas das datas do julgamento e frequentemente eram impedidas de assistir aos mesmos. Confissões obtidas sob tortura continuaram a ser admitidas como prova em tribunal.

Milhões de cidadãos tentaram apresentar directamente as suas queixas às autoridades governamentais através do sistema de "cartas e visitas", também conhecido como "sistema peticionário". Apesar de se tratar de um sistema legal, muitas vezes a polícia perseguia os peticionários, devolvendo-os à força às suas províncias de origem ou detendo-os em "prisões negras" ilegais ou hospitais psiquiátricos onde corriam risco de maus-tratos.

Os pais de crianças que morrerem nas escolas que colapsaram durante o sismo de Maio de 2008, na província de Sichuan, continuaram a ser intimidados pelas autoridades, que os impediam de falar com a comunicação social e de tentar abrir investigações independentes.

Detenção sem julgamento

As autoridades recorreram frequentemente a punições administrativas, incluindo o programa de Reeducação Pelo Trabalho (RPT), para prender pessoas sem julgamento. Segundo o governo, 190 mil pessoas encontravam-se detidas em instalações de RPT, número inferior ao meio milhão registado há alguns anos, embora os números reais pudessem ser muito superiores. Antigos prisioneiros dos centros de RPT afirmaram que os membros do Falun Gong constituíam um dos maiores grupos de presos, juntamente com activistas políticos, peticionários e pessoas que professavam a sua religião fora dos canais oficiais. As autoridades usaram uma variedade de formas ilegais de detenção, incluindo "prisões negras", "aulas de educação legal", "aulas de estudo" e instituições de saúde mental, para deter milhares de pessoas.

Tortura e outras formas de maus-tratos e mortos sob custódia

A tortura continuou a ser comum nos locais de detenção, por vezes com efeitos letais. Os métodos de tortura usados contra os detidos incluíam espancamentos, frequentemente com um agulhão eléctrico, suspensão pelos membros, alimentação forçada, administração de drogas desconhecidas e privação de sono.

Em Março, a morte de um homem de 24 anos num centro de detenção da província de Yunan deu origem a um aceso debate online sobre a polícia e os "brutos das prisões" responsáveis por torturas e outras formas de maus-tratos contra reclusos. Este debate online levou à revelação de outros casos de mortes sob custódia, dando origem à abertura de uma investigação pela Suprema Procuradoria Popular (SPP). Em Julho, a SPP publicou um relatório sobre a investigação à morte de 12 das 15 mortes que ocorreram sob detenção nos primeiros quatro meses do ano. O relatório concluiu que sete das vítimas tinham sido espancadas até à morte, três tinham cometido suicídio e duas foram vítimas de acidentes.

Pena de morte

A China continuou a usar largamente a pena de morte, incluindo para crimes não violentos. Sentenças de morte continuaram a ser impostas na sequência de julgamentos injustos. As estatísticas sobre as condenações à morte e execuções continuaram a ser classificadas como segredo de Estado e devem ultrapassar seguramente o milhar de execuções, contudo o governo não divulga os números reais.

Liberdade religiosa

As pessoas que professavam a sua religião fora dos canais oficialmente estabelecidos continuaram a enfrentar perseguições, detenções arbitrárias, penas de prisão e outras restrições graves da sua liberdade religiosa. Os padres e bispos católicos que recusavam aderir à oficialmente reconhecida Associação Patriótica Católica da China continuaram a ser detidos e mantidos em regime de isolamento por períodos prolongados, ou a ser alvo de desaparecimentos forçados.

■ O paradeiro de Monsenhor James Su Zhimin, de 75 anos, bispo ordinário da cidade de Baoding, na província de Hebei, continuava a ser desconhecido desde a sua detenção pela polícia em 1996.

A polícia espancou e prendeu membros das igrejas cristãs improvisadas, que professavam a sua religião fora das instituições oficialmente reconhecidas, demolindo frequentemente as suas igrejas e enviando-os para centros de RPT ou para a prisão. A campanha governamental contra o Falun Gong intensificou-se, com uma vasta onda de detenções, julgamentos injustos que deram origem a longas sentenças, desaparecimentos forçados e mortes sob custódia na sequência de tortura e maus-tratos.

■ Chen Zhenping, praticante de Falun Gong, foi condenada a oito anos de prisão num julgamento secreto realizado em Agosto de 2008. Foi acusada de "usar uma organização herética para subverter a Lei". Chen Zhenping foi impedida de se encontrar com o seu advogado antes, durante e após o julgamento. Em Setembro, os guardas prisionais disseram à sua família que ela tinha sido transferida para outro local, mas recusaram dizer para onde. Os advogados de Chen Zhenping não conseguiram obter mais informações sobre o seu paradeiro.

Região Autónoma Uigur de Xinjiang

As autoridades reforçaram as já apertadas restrições à liberdade de expressão, associação e reunião na Região Autónoma Uigur de Xinjiang (XUAR), no Noroeste da China, após um surto de violência sem precedentes na cidade de Urumqi, a 5 de Julho. O governo informou que 197 pessoas foram mortas, a maioria das quais chineses de etnia han assassinados por uigures, e mais de 1600 pessoas ficaram feridas. Os uigures tinham feito apelos online para um protesto contra a inacção do governo no caso das agressões e mortes de migrantes uigures por trabalhadores han numa fábrica de brinquedos da província de Guangdong, em Junho.

Os relatos feitos por testemunhas oculares dos acontecimentos de 5 de Julho sugerem que a polícia e as forças de segurança reprimiram violentamente manifestantes uigures pacíficos para impedir a marcha de milhares de pessoas pela cidade. De acordo com esses relatos, a polícia espancou manifestantes pacíficos com bastões, usou gás lacrimogéneo para dispersar a multidão e disparou munições reais contra manifestantes pacíficos, provavelmente causando muitas mais mortes.

Após os tumultos, as autoridades detiveram centenas de pessoas suspeitas de participar nos protestos, incluindo menores e idosos, em raids porta-a-porta. Familiares e amigos de vários detidos negaram que eles tivessem participado na violência ou nos protestos. O paradeiro de dezenas de detidos continuava a ser desconhecido no final do ano.

Em Agosto, as autoridades anunciaram que 718 pessoas se encontravam detidas por envolvimento nos protestos, e que 83 delas enfrentavam acusações criminais, incluindo por homicídio, fogo posto e roubo. A 9 de Novembro, as autoridades anunciaram a execução de nove pessoas, na sequência de julgamentos injustos. Os seus nomes indicavam que oito eram uigures e um era de etnia han. Em Dezembro, outras 13 pessoas foram condenadas à morte e as autoridades anunciaram a detenção de mais 94 pessoas sob suspeita de envolvimento nos tumultos de Julho.

Em Novembro, as autoridades anunciaram formalmente uma campanha de "ataque duro e punição" na região até ao fim do ano com o objectivo de "eliminar... criminosos".

As autoridades atribuíram a responsabilidade pelos protestos a "separatistas" uigures no estrangeiro, principalmente a Rebiya Kadeer, presidente do Congresso Mundial Uigur, e recusaram reconhecer a responsabilidade das políticas governamentais que alimentaram o descontentamento entre os uigures. Estas políticas incluíam a imposição de restrições à

liberdade de expressão, associação e reunião, restrições à prática religiosa e outras práticas culturais e de políticas económicas discriminatórias contra os uigures e de incentivo à migração de chineses han para a região. Novas regras reforçaram ainda mais o já apertado controlo da Internet na região, criminalizando a sua utilização ao abrigo do vagamente definido crime de "separatismo étnico". As restrições no acesso à Internet, ligações telefónicas internacionais e mensagens de texto, bloqueadas após os tumultos de 5 de Julho, continuavam em vigor no final do ano.

A 19 de Dezembro, o governo do Camboja repatriou à força 20 requerentes de asilo uigures para a China, contra as objecções do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. As autoridades chinesas alegaram que estes tinham participado nos tumultos de Julho, e dias depois negaram que as deportações estivessem relacionadas com um pacote de ajuda no valor de 1,2 mil milhões de dólares ao Camboja.

Região Autónoma do Tibete

Os protestos iniciados em Março de 2008 continuaram em menor escala durante o ano, acompanhados por constantes detenções. Dois tibetanos foram executados por crimes alegadamente cometidos durante os tumultos de Março de 2008.

Organizações internacionais de defesa dos direitos humanos registaram um aumento do número de prisioneiros políticos tibetanos no período que antecedeu aniversários sensíveis, incluindo o 50.º aniversário do falhado levantamento tibetano que esteve na origem do exílio do Dalai Lama. As autoridades bloquearam as comunicações de e para a região e impediram a monitorização independente dos direitos humanos. Os direitos dos tibetanos à liberdade de expressão, religião, reunião e associação continuaram a ser seriamente restringidos. As autoridades chinesas assumiram um papel mais firme na sua posição internacional sobre a questão do Tibete, com responsáveis chineses a afirmarem publicamente a disposição do governo para castigar financeira e diplomaticamente os países que apoiarem o Dalai Lama e outros assuntos relacionados com o Tibete.

■ Em Outubro, dois tibetanos, Losang Gyaltshe e Loyar, foram executados. Foram condenados por fogo posto e condenados à morte a 8 de Abril de 2009 pelo Tribunal Municipal Popular Intermédio de Lhasa. Tinham sido detidos durante os tumultos de Março de 2008 na Região Autónoma do Tibete e províncias tibetanas vizinhas.

■ A 28 de Dezembro, Dhondup Wangchen, um cineasta independentista tibetano, foi condenado a seis anos de prisão pelo crime de "subversão do poder do Estado" na sequência de um julgamento secreto no tribunal provincial de Xining, província de Qinghai. O advogado inicialmente contratado pela sua família foi impedido de o defender, e não era claro se teve qualquer representação legal ou se teve direito a defender-se no julgamento.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

A 4 de Junho, segundo a organização, mais de 150 mil pessoas assinalaram o 20.º aniversário da repressão militar em Tiananmen, mas as autoridades recusaram a entrada no território a vários activistas chineses e estrangeiros que pretendiam participar. Em Julho, dezenas de milhar de pessoas participaram numa manifestação a favor da melhoria das condições de vida, democracia e liberdade de expressão, entre outras causas.

Discriminação racial

A Lei contra a Discriminação Racial (RDO) entrou em vigor em Julho. Em Agosto, o Comité da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) notou que a definição de

discriminação racial contida na RDO não era consistente com o Artigo 1 da Convenção da ONU contra o Racismo. O CERD recomendou que a discriminação indirecta relacionada com a língua, estatuto de imigração e nacionalidade fosse acrescentada à definição. O CERD recomendou ainda que todas as funções e poderes governamentais passassem a estar de acordo com a RDO.

Refugiados e requerentes de asilo

Embora tomando nota da planeada reforma no procedimento de apresentação de queixas por tortura, o CERD recomendou que o governo tomasse medidas para garantir o direito dos requerentes de asilo à informação, interpretação, assistência jurídica e compensação judicial, e encorajou a adopção de uma lei de refugiados dotada de um processo abrangente de verificação dos pedidos individuais de asilo. Repetiu ainda a sua recomendação de que as autoridades deviam ratificar a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o respectivo Protocolo de 1967.

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

A 31 de Dezembro, o governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong (HKSAR) anunciou que as emendas à Lei contra Violência Doméstica iriam alargar a protecção aos casais do mesmo sexo e entraria em vigor a 1 de Janeiro de 2010. A anterior lei da HKSAR não proibia a discriminação com base na orientação sexual.

Região Administrativa Especial de Macau

Em Junho, o candidato único Fernando Chui Sai-on foi eleito pelos 300 membros do comité eleitoral para o cargo de Chefe do Executivo do território até 2014. Em Setembro, 12 candidatos foram eleitos de forma directa para a Assembleia Legislativa, de 29 lugares. Os restantes deputados são eleitos pelos círculos eleitorais.

Em Fevereiro, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei de Segurança Nacional sobre actos de "sedição", "secessão", "subversão", "traição" e "roubo de segredos de Estado". As definições vagas dos crimes eram susceptíveis de serem usadas para abusar do direito à liberdade de expressão e de associação. Dezenas de cidadãos de Hong Kong, incluindo conselheiros legislativos, activistas, jornalistas e um professor de Direito que pretendiam participar em actividades de protestos relacionadas com a nova lei, foram impedidos de entrar em Macau. Em Dezembro, foi igualmente recusada a entrada a três activistas de Hong Kong, que pretendiam levar a cabo um protesto exigindo a libertação de Liu Xiabo durante a visita do presidente Hu Jintao.